

O DIREITO LINGÜÍSTICO EM UM CURSO BINACIONAL DO IFSUL ¹

Jéssika Giambastiani Rodrigues²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo investigar se o direito linguístico do aluno uruguaio é preservado durante as atividades de ensino, desenvolvidas no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), campus Avançado de Jaguarão. Seguindo o método dialético, com uma abordagem qualitativa, foram utilizados como procedimentos metodológicos: pesquisa exploratória, pesquisa documental e aplicação de uma entrevista com o diretor do Instituto. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado como referências básicas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), Mazzei (2013) que discute a temática de fronteira a partir do viés da Sociologia, Sturza (2006) que aborda questões sobre as línguas de fronteira e sobre o espaço de enunciação fronteiriço. Como resultado da pesquisa concluímos que o direito linguístico do aluno é preservado durante as atividades de ensino mediante as demandas que o curso oferece.

Palavras-chave: Direito linguístico, língua espanhola, alunos uruguaiois.

RESUMEN: El presente trabajo tiene por objetivo investigar si el derecho lingüístico del alumno uruguayo es preservado durante las actividades de enseñanza desarrolladas en el *Instituto Federal-Sul-rio-grandense* (IFSul), *campus Avançado* de Jaguarão. El método adoptado para la investigación fue el dialéctico, con un enfoque cualitativo en que fueron utilizados como procedimientos metodológicos: pesquisa exploratoria, pesquisa documental y aplicación de una entrevista. La base referencial usada para el desarrollo de la investigación fue: la Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948), Declaración Universal de los Derechos Lingüísticos (1996), Mazzei (2013) que discute problemáticas de frontera desde la Sociología, Sturza (2006) que trata cuestiones sobre las lenguas de frontera y sobre el espacio de enunciación fronterizo. Como resultado de la pesquisa concluimos que el derecho lingüístico del alumno es preservado durante las actividades de enseñanza mediante las demandas que el curso ofrece.

Palabras-clave: Derecho lingüístico, lengua española, alumnos uruguayos

¹ Este trabalho, desenvolvido sob orientação da professora Maria do Socorro Farias Marques, é requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão/RS.

² Licenciada em Letras em Português, Espanhol e Respectivas Literaturas. Pós-graduanda do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão/RS, 3ª edição, 2017. E-mail: jessikagiambastiani@hotmail.com

1. Direitos Humanos e Linguísticos

O curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal do Pampa campus Jaguarão tem por objetivo compreender o sentido da garantia de direitos humanos para a convivência nas sociedades complexas, localizando suas condições de possibilidade diante de constantes tentativas de exclusão do outro em suas variadas formas de manifestação. Além disso, busca problematizar diferentes abordagens e temáticas em direitos humanos, fortalecendo a característica interdisciplinar da área³.

De acordo com Ramos (2017, p.21), "os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade." Segundo o autor,

Os Direitos Humanos são classificados e divididos em dimensões ou gerações. O direito de primeira geração engloba os chamados direitos de liberdade. Os direitos de segunda geração correspondem aos direitos sociais, econômicos e culturais, que traduzem, por sua vez, o valor da igualdade; já os direitos de terceira geração correspondem ao direito ao desenvolvimento, direito à paz, à livre determinação, traduzindo o valor da solidariedade. (RAMOS 2017, p.53)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos que foi redigida pela Organização das Nações Unidas no ano de 1948, sob impacto dos massacres cometidos durante a Segunda Guerra Mundial defende a garantia para todos os povos, sem exceção, dos direitos humanos fundamentais. Estes que são necessários para uma existência digna e para o pleno exercício da cidadania, reconhecendo, principalmente, a educação como um direito de todos.

Dentre os artigos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos destacamos:

2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

19º Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de

³ Objetivos do Curso de Especialização extraídos do site:

<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/especializacaodireitoshumanoscidadania/pagina-exemplo/>

procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Percebe-se nos dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que todos têm direito à liberdade de opinião e expressão e podem invocar seus direitos sem qualquer distinção com relação à língua. Vê-se, portanto, que a expressão dos sujeitos na sua própria língua aqui já é assegurada.

No âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, os Direitos Linguísticos estão reconhecidos em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e o Manifesto de Girona. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos foi publicada no dia 6 de junho de 1996 em Barcelona pela UNESCO⁴ e outras organizações não governamentais. Essa declaração garante às comunidades e aos grupos linguísticos o direito ao pleno uso de suas línguas no âmbito de seus territórios.

Da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), uma das referências básicas deste trabalho, destacamos um fragmento do seu preâmbulo: “Considerando que para garantir a convivência entre comunidades linguísticas é necessário encontrar princípios de carácter universal que permitam assegurar a promoção, o respeito e o uso social público e privado de todas as línguas” (1996, s/p).

Essa Declaração dos Direitos Linguísticos possui 52 artigos, dentre deles destacamos os seguintes:

7º Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções;

10º Todas as comunidades linguísticas são iguais em direito;

38º Todas as línguas e todas as culturas das comunidades linguísticas devem receber um tratamento equitativo e não discriminatório nos conteúdos dos meios de comunicação do mundo inteiro.

Conforme o exposto acima todas as línguas e respectivamente todas as culturas devem ser respeitadas, pois todas as comunidades linguísticas são iguais em direitos.

⁴ União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) define em seu artigo 1º que comunidade linguística é toda a sociedade humana que, radicada historicamente num determinado espaço territorial, reconhecido ou não, identifica-se como povo e desenvolve uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros. A denominação língua própria de um território refere-se ao idioma da comunidade historicamente estabelecida neste espaço.

Já o Manifesto de Girona foi publicado em maio de 2011 na cidade catalã de Girona no encontro anual do Comitê de Tradução e Direitos e Direitos Linguísticos do PEN Internacional. Esse manifesto contém os dez princípios centrais da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, a saber:

1. A diversidade linguística é um património da humanidade que deve ser valorizado e protegido.
2. O respeito por todas as línguas e culturas é fundamental no processo de construção e manutenção do diálogo e da paz no mundo.
3. Cada pessoa aprende a falar no seio de uma comunidade que lhe dá a vida, a língua, a cultura e a identidade.
4. As diversas línguas e os diversos falares não são só instrumentos de comunicação; são também o meio em que os seres humanos crescem e as culturas se constroem.
5. Qualquer comunidade linguística tem direito a que a sua língua seja utilizada oficialmente no seu território.
6. O ensino escolar deve contribuir para prestigiar a língua falada pela comunidade linguística do território.
7. O conhecimento generalizado de diversas línguas por parte dos cidadãos é um objetivo desejável, porque favorece a empatia e a abertura intelectual, ao mesmo tempo que contribui para um conhecimento profundo da língua própria.
8. A tradução de textos - particularmente dos grandes textos das diversas culturas - representa um elemento muito importante no necessário processo de maior conhecimento e respeito entre os homens.
9. Os meios de comunicação são altifalantes privilegiados quando se trata de tornar efectiva a diversidade linguística e de prestigiá-la com competência e rigor.
10. O direito ao uso e protecção da língua própria deve ser reconhecido pelas Nações Unidas como um dos direitos humanos fundamentais.

Desses dez, destacamos os seguintes:

1. A diversidade linguística é um património da humanidade que deve ser valorizado e protegido.
4. As diversas línguas e os diversos falares não são só instrumentos de comunicação; são também o meio em que os seres humanos crescem e as culturas se constroem.

6. O ensino escolar deve contribuir para prestigiar a língua falada pela comunidade linguística do território.
10. O direito ao uso e protecção da língua própria deve ser reconhecido pelas Nações Unidas como um dos direitos humanos fundamentais.

A língua é um elemento social de poder que determina as relações de igualdade e desigualdade⁵, e é através dela que transmitimos nossa identidade, cultura e experiências. No que tange à língua como elemento social e determinante nas relações sociais, Sturza (2006, p.83) coloca que "as relações entre as línguas na fronteira, espaço de enunciação fronteiriço, ocorre de modo diferenciado em relação a outros espaços de enunciação". O espaço de enunciação é um espaço configurado por uma relação de línguas e de falantes. Os sentidos que se constituem em um espaço de enunciação decorrem dessa relação umbilical. Os sentidos são constituídos no interior de um embate, que é determinado pelo lugar político que as línguas tomam ao se confrontarem, ao se mesclarem, ao serem contidas e interdidas, na configuração de um espaço próprio, significadas enquanto línguas, dadas à existência pela existência de seus falantes. STURZA (2012 p. 68)

Entendemos que por estarmos inseridos em uma região fronteiriça vários são os intercâmbios culturais, sociais, políticos, econômicos que visam à integração dos cidadãos fronteiriços e o fortalecimento da nossa região de fronteira. Entre as ações, na área educacional, que são desenvolvidas para integrar a fronteira Brasil/Uruguai estão: o Projeto da Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF) que "tem como objetivo principal o de promover a integração regional por meio da educação intercultural que garanta formação integral às crianças e aos jovens nas regiões de fronteira do Brasil com outros países"⁶.

Outro tipo de ação educacional é o processo seletivo de ingresso baseado no Decreto 5.105/2004 que promulgou o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios. Com essa base legal, exige-se dos candidatos que providenciem o seu documento especial de fronteiriço para a inscrição e admissão à prova de seleção.

⁵ SOUZA, Mercia Cardoso. **O direito de se expressar na própria língua: realidade ou utopia?**

⁶ <http://portal.mec.gov.br/escola-de-fronteira>

Entre essas ações destacamos o foco do nosso trabalho: Cursos Binacionais do Instituto Federal Sul-riograndense. Um dos cursos está situado em Santana do Livramento, fronteira com a cidade uruguaia Rivera e outro em Jaguarão fronteira com Rio Branco. O corpo discente desses cursos é constituído por uruguaio e brasileiros que ocupam o mesmo espaço em sala de aula e nas demais atividades do instituto.

Nosso trabalho tem por objetivo investigar se o direito linguístico dos alunos uruguaio é preservado nas atividades de ensino, desenvolvidas no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), campus Avançado de Jaguarão. Diante disso, emerge uma questão primordial: como se dá a gerência da língua espanhola nesse espaço?

A título de organização deste trabalho, a seguir apresentamos a metodologia utilizada, após trataremos sobre o entrevistado, sujeito da pesquisa.

METODOLOGIA

No que se refere à parte metodológica, na primeira etapa, efetuou-se a definição do método da pesquisa, classificando-o como dialético e como modalidade de pesquisa exploratória. Além disso, houve levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevista aplicada através de um questionário escrito. Sobre as pesquisas exploratórias, Gil (2008, p. 27) coloca que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Nossa pesquisa foi elaborada através de perguntas semiestruturadas lidas oralmente para o entrevistado. O entrevistado respondeu oralmente e todas as suas respostas foram gravadas e em seguida transcritas.

A entrevista ocorreu no mês de maio de 2017 na sala do diretor do campus do IFSul. No mês de junho foi realizada a transcrição dos dados.

Com relação à metodologia utilizada para a análise dos dados, recorreu-se as três orientações mencionadas por Brait (vv. dd.) e por Sobral (2009) são eles: descrição, análise, interpretação.

Sobral define essas etapas da seguinte maneira:

A primeira etapa é a descrição do objeto, que vai do material que lhe serve de suporte físico à sua aparência geral, e inclui um levantamento sumário dos elementos essenciais de sua esfera, tal como manifestos no texto; a segunda é a análise discursiva do corpus, que apresenta seus vários procedimentos discursivos; e a terceira é a interpretação propriamente dita, que busca identificar, dadas a esfera, a materialidade e os recursos discursivos e textuais do corpus, que efeitos de sentido são nele criados (SOBRAL, 2006, p. 49).

Sobre o entrevistado

Escolhemos como alvo da pesquisa o diretor do campus IFSul, pois além de ter um conhecimento amplo sobre os projetos do curso binacional, o professor por ser uruguaio pode contribuir com a perspectiva do uruguaio fronteiriço. O professor entrevistado possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004) e mestrado em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira, Literatura da Língua Espanhola, Literatura Comparada e Teoria da Literatura. Também, possui extensa experiência em astronomia amadora e coordena projetos de extensão para a divulgação da Astronomia.

Instrumentos Utilizados

Pretendeu-se verificar através de entrevista semiestruturada como se estabelece a língua espanhola no contexto do Instituto Federal e assim buscar responder o objetivo deste trabalho. Foram abordadas as seguintes questões: a importância do curso binacional para a fronteira, o tratamento dado à língua espanhola na instituição, incentivo ao uso da língua espanhola por parte dos docentes, atividades são realizadas nas duas línguas, apoio pedagógico com relação ao uso da língua materna pelos discentes.

Na seção a seguir, trataremos sobre o espaço da pesquisa.

2. O ESPAÇO DA PESQUISA

O Brasil faz divisa terrestre com grande parte dos países da América Latina, entre eles: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai e Uruguai. “A linha divisória entre o Brasil e o Uruguai, estende-se por 1.069 km, ao longo de 749 km de rios, canais e lagoas e 320 km de fronteira seca” PUCCI (2010, p.27).

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, serão consideradas cidades gêmeas as cidades cortadas pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha urbana com cidade do país vizinho⁷.

Entre as cidades que compõem a fronteira Brasil/Uruguai, escolhemos para tratar nesta investigação a comunidade de fala fronteiriça do município de Jaguarão/BR que faz fronteira com a cidade de Rio Branco/UY. Pode-se verificar através da imagem abaixo (Figura 1) que a fronteira entre Jaguarão e Rio Branco encontra-se dividida pelo rio Jaguarão e através da Ponte Internacional Barão de Mauá há o encontro entre as culturas e os cidadãos.

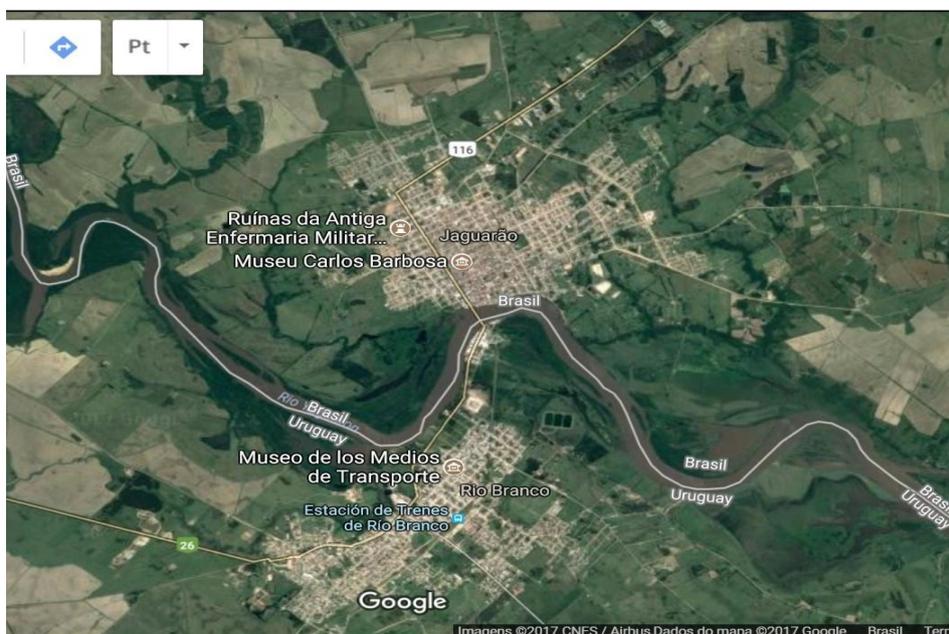


Figura 1

Fonte: Google Maps (2017)

Sobre as fronteiras, Sturza coloca que são

são espaços de trânsito: relações de convergência e divergência. As fronteiras são simbolicamente definidas pelo traçado geopolítico, mas são vividas socialmente. Há um espaço de enunciação fronteiriço. As relações entre as línguas se significam neste espaço de enunciação fronteiriço de modo diferenciado em relação a outros espaços de enunciação. As relações

⁷ <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/07/governo-reconhece-dois-municipios-como-cidades-gemeas>

entre as línguas se significam no conflito, ou seja, no político. O espaço de enunciação fronteiriço revela que o espaço de circulação das línguas está condicionado à história das comunidades, sobretudo, a da economia local. (STURZA, 2010, p. 345-346).

Considerando a reflexão de Sturza a fronteira entre Jaguarão/BR e Rio Branco/UY se caracteriza por ser uma região turística que atrai muitos visitantes de todos os estados, não só pelo conhecido carnaval da cidade de Jaguarão, mas também por causa dos *free shops* presentes na cidade de Rio Branco.

Muitos brasileiros trabalham e também fazem compras nos *free shops* em Rio Branco assim como muitos uruguaios fazem compras no comércio da cidade de Jaguarão.

Sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-Grandense – IFSul foi criado em dezembro de 2008 a partir do Centro Federal de Educação e Tecnologia (CEFET-RS).

Como é possível verificar na imagem que segue, o IFSul tem sua sede administrativa localizada em Pelotas e é formado por quatorze campus: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires.

Atualmente, somente dois campus possuem cursos técnicos binacionais: o campus de Santana do Livramento e o campus avançado Jaguarão.

Câmpus do IFSul

Escrito por Coordenadoria de Comunicação Social



- 1 Reitoria | Câmpus Pelotas | Câmpus Pelotas-Visconde da Graça
- 2 Câmpus Bagé
- 3 Câmpus Camaquã
- 4 Câmpus Charqueadas
- 5 Câmpus Gravataí
- 6 Câmpus Avançado Jaguarão
- 7 Câmpus Lajeado
- 8 Câmpus Avançado Novo Hamburgo
- 9 Câmpus Passo Fundo
- 10 Câmpus Santana do Livramento
- 11 Câmpus Sapiranga
- 12 Câmpus Sapucaia do Sul
- 13 Câmpus Venâncio Aires



8

De acordo com Curcio (2014, p. 582), com a criação do primeiro campus na fronteira Brasil – Uruguai, na cidade de Santana do Livramento, em 2010, “foi possível consolidar de forma definitiva o importante papel do IFSul na cooperação e na integração na área da educação entre os dois países”.

O IFSul implementou no ano de 2014, na cidade de Jaguarão, o Curso em Técnico em edificações, ofertando 50% das vagas para alunos brasileiros e 50% para os alunos uruguaios. Em parceria com o CETEP⁹ - Escuela Técnica de Rio Branco, oferece o curso Técnico na área de Tecnicatura Arroz e Pasturas. O acordo entre as instituições prevê que os alunos uruguaios sejam selecionados para os cursos binacionais pelo CETP-UTU, através de sorteio elaborado e registrado por autoridade competente, nos moldes de qualquer outra escola no Uruguai. No caso dos brasileiros, ocorre pelo IFSul, um processo seletivo através da aplicação de uma prova.

⁸ Mapa com os campus do IFSul no Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: www.ifsul.edu.br/mapa

⁹ Consejo de Educación Técnico-Profesional

O Estatuto do Instituto Federal Sul Rio-Grandense prevê no seu artigo 3º:

VI - organização didático-pedagógica dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos, tecnológicos e humanísticos;

VII - compromisso com a educação inclusiva, com a permanência do educando e com o processo educacional emancipatório;

VIII - organização administrativa que possibilite aos diversos *campi*, inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho de ensino, pesquisa e extensão.

Conforme o fragmento do Estatuto acima citado, o Instituto tem por objetivos promover um ensino com um foco interdisciplinar, levando em conta a realidade local proporcionando uma educação inclusiva.

No tópico a seguir, trataremos sobre a análise dos dados da pesquisa.

Análise dos dados

Nossa pesquisa foi feita através de um questionário aplicado de forma oral, que foi gravado e transcrito conforme detalhado na Metodologia. A primeira pergunta realizada foi:

Qual a importância de um curso Binacional para o IFSul?

Com relação à importância do Curso Binacional o Professor respondeu: [...] *Importante justamente porque nos permite justamente colaborar no processo de integração que tenemos como fundamental e além da conta que os países hoje ya están construindo uma aliança através do MERCOSUL e tem projetos de integração econômica y essa integração ocorre também no plano educativo, cultural. Importante porque pras comunidades específicas da fronteira puede fazer diferença essa possibilidade de ter uma dupla titulação de eles poderem ya estar formados para uma profissão em ambos os países simultaneamente através de um único curso.*

Como foi descrito pelo entrevistado: *Importante justamente porque nos permite justamente colaborar no processo de integração que tenemos como fundamental.* Os cursos binacionais representam uma excelente oportunidade para os cidadãos fronteiriços poderem atuar profissionalmente nos dois lados da fronteira, promovendo dentro da sala de aula uma integração intercultural.

A segunda pergunta foi: **Qual é ao tratamento dado ao uso da língua espanhola na Instituição, considerando que ela absorve alunos uruguaios residentes em Rio Branco?** O professor respondeu que:

[...] nos esclarecemos para os alunos que as aulas serão ministradas em português, é então de fato as aulas acontecem em português. Há disciplinas específicas, então, por exemplo, no curso da noite, subsequente, que mais especificamente o curso técnico... Eles têm uma disciplina que chama: comunicação e expressão em espanhol y português que tem o objetivo justamente de que que aí de fato onde acontece o curso binacional né, que eles tem a oportunidade, tantos os uruguaios como os brasileiros, aceder a outra língua né... y este..también poder expressar na outra língua tanto oralmente como de forma escrita... então esse é o tratamento específico.

No projeto do Curso Técnico em Edificações a Disciplina de Comunicação e Expressão em Espanhol e Português prevê que o professor com formação Português/Espanhol, desenvolverá atividades nas duas línguas, com objetivo de desenvolver a proficiência dos alunos nos dois idiomas e ampliar as possibilidades de discussão e reflexão nos dois idiomas.

Está previsto nos documentos oficiais do Instituto que as aulas serão ministradas na língua materna dos professores, como consta no Artigo IX do Decreto Nº 8.455, de 20 de maio de 2015:

ARTIGO IX

Dos Cursos Bilingües

Os cursos serão ministrados na língua materna dos professores. Poderão ser oferecidos aos alunos programas de ensino de outros idiomas, bem como reforço de aprendizagem em português e espanhol.

Com o artigo acima supracitado inferimos que a língua espanhola não é considerada oficial nas atividades de ensino do IFSul. Os cursos binacionais oferecem boas oportunidades para o aluno uruaio, porém o fato de as aulas

serem ministradas na língua materna dos professores, que em sua maioria não são da fronteira acaba limitando a característica binacional da instituição.

Com relação ao incentivo do uso da língua espanhola pelos docentes e servidores na Instituição, disse:

É na verdade... assim nos temo fornecido para os servidores e alunos e inclusive cursos a distância que hoje existe né que é o E-tec idiomas para que eles possam se inscrever e fazer esse curso para ir se aperfeiçoando. A maioria dos professores, praticamente todos docentes..no son da frontera, viven en otros lugares donde não tem esse contato com a língua espanhola. A gente também, no caso por exemplo, nesse momento... umas das professoras aqui que é a professora de português/espanhol que está oferecendo um curso de aprimoramento do espanhol para quien quiser e en ese caso es voluntario no horário inverso, que también inclui alunos e servidores e é o que a gente tenta oferecer como ferramenta para eles se qualificarem num curso de idiomas.

Como exposto pelo professor a maioria dos docentes não são da fronteira e por isso não tem o contato linguístico com a língua espanhola. Conforme Curcio (2014), para os professores do IFSul, todos de fora da cidade de Jaguarão, a dificuldade em relação à língua é maior. A partir deste reconhecimento, será necessário investir na formação deles, garantindo que se seja reforçada a sua conexão com as práticas pedagógicas cotidianas, com a língua e com a cultura da região fronteiriça.

O programa E-tec idiomas oferecido pelo Instituto Federal está sob coordenação do Núcleo de Idiomas do IFSul, vinculado à Diretoria de Assuntos Internacionais (DAI), que tem por objetivo propor uma nova política de ensino de línguas na instituição, a partir de discussões das práticas dos docentes de línguas e do uso de tecnologias de educação a distância.¹⁰ Esse programa possibilita a capacitação de professores, estudantes e servidores em uma segunda língua.

Para que os professores possam atuar nos cursos binacionais é preciso investir na sua formação continuada com finalidade específica para a fronteira para que assim possam conhecer a cultura e a língua do outro.

¹⁰ Trecho retirado da Revista Posteiro 2015/2.p.12. Disponível em: http://pt.calameo.com*/books/0010016151bf87426f4da.

Em relação às avaliações, os alunos uruguaios podem realizar em língua espanhola?

Sim, eles podem.. Eles têm o direito.. todos eles de se expressar na sala de aula.

De acordo com o professor, os alunos têm todo o direito de expressar-se na sua língua em sala de aula e também nas atividades de avaliação. O que é um fato positivo, pois embora os documentos oficiais tragam a língua materna dos professores como oficial, os alunos em aula podem expressar-se na língua que quiserem.

Sobre a língua utilizada nos materiais, realizou-se o questionamento: Os materiais utilizados em sala estão disponibilizados em qual língua?

São disponibilizados em português, a maioria deles. Puede ser que na área técnica... eu não tenho conhecimento exato assim. Mas puede ser que tenha alguns materiais em espanhol... porque o curso tem um conteúdo binacional.

Com relação aos materiais serem disponibilizados em língua portuguesa limita a característica do curso ser binacional, porém como foi constatado nas questões anteriores, pensamos que se os professores fossem capacitados especificamente para atuar nos cursos binacionais, os textos poderiam ser escritos nas duas línguas.

Sobre o apoio pedagógico em relação ao uso das línguas portuguesa e espanhola em sala de aula, o entrevistado respondeu:

Não um trabalho específico com os professores com relação à língua... se eu entendo bem essa pergunta né... seria um trabalho de capacitação em língua espanhola ou portuguesa não está acontecendo com os professores.

Como foi exposto pelo entrevistado ainda não há um trabalho específico com os professores. Entendemos que não seja possível ainda haver essa abordagem

especifica pelo fato do curso ainda ser novo na fronteira de Jaguarão/Rio Branco e também os recursos das Instituições Federais ainda são limitados.

Diante disso, recordamos Curcio (2014 p. 588) quando diz que,

os desafios e dificuldades enfrentados por professores, alunos, gestores e sociedade durante o processo de implantação e consolidação dos cursos técnicos binacionais são muitos, mas, em medida alguma se aproximam das grandes possibilidades vislumbradas e avanços reais alcançados até o momento.

O campus Avançado Jaguarão já tem preenchido o limite de professores e servidores que atuam na Instituição. Para que o Instituto possa abrir mais vagas para professores e servidores é preciso que haja mais recursos para que assim possa se tornar um campus completo.

Outro questionamento realizado foi: as Informações estão disponíveis nas duas línguas?

Não... As informações são disponibilizadas em sua maioria são disponibilizadas em português. A Instituição parceira nossa a UTU. Uma coisa que é importante esclarecer nós estamos ministrando um curso nosso binacional e a escola técnica uruguaia também ministra um curso binacional. No caso a instituição na sua língua padrão.

De acordo com o professor a maioria das informações com relação ao curso são disponibilizadas em português. Nas duas instituições de Jaguarão e Rio Branco, em que há os cursos binacionais, são utilizadas as línguas maternas dos professores em sala de aula.

Para saber sobre a visão do diretor com relação ao uso da língua espanhola, perguntou-se: **Como você percebe a relação dos alunos uruguaios em relação ao uso ou não da língua espanhola?**

Os alunos uruguaios desse lado da fronteira, eles tentam usar o espanhol, eles são até mais proclives así a procurar o o português. Ele tem mais flexibilidade, uma predisposição maior a gastar digamos o conhecimento de língua portuguesa que eles tenham... né. Mas mucho deles no tem muito transito na língua portuguesa... eles usam o espanhol.

Conforme exposto pelo professor: *Ele tem mais flexibilidade, uma predisposição maior a gastar digamos o conhecimento de língua portuguesa que eles tenham.* Alguns alunos uruguaios têm a tendência utilizar mais a língua portuguesa em sala de aula, porém em sua maioria utilizam o espanhol.

A última pergunta foi: **O Instituto Federal oferece alguma ação de ensino em relação à língua espanhola e à língua portuguesa?**

É seria esse cursos que nos oferecemos no turno inverso.. na verdade e o e-tec idiomas que a gente oferta.

O programa E-tec idiomas oferecido pelo Instituto Federal está sob coordenação do Núcleo de Idiomas do IFSul, vinculado à Diretoria de Assuntos Internacionais (DAI), que tem por objetivo propor uma nova política de ensino de línguas na instituição, a partir de discussões das práticas dos docentes de línguas e do uso de tecnologias de educação a distância.¹¹ Esse programa possibilita a capacitação de professores, estudantes e servidores em uma segunda língua.

Verifica-se, portanto, através da entrevista que os direitos dos alunos uruguaios estão sendo preservados durante as atividades de ensino, mediante as demandas que o Instituto inicialmente pode oferecer.

As maiorias dos professores que compõe o curso não são da fronteira e por isso possuem uma maior dificuldade com a língua, porém através do curso e-tec idiomas os professores e técnicos tem a oportunidade de aprender a língua espanhola.

Considerações Finais

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) representa um marco importante, pois essa declaração concebe uma organização linguística pautada na diversidade, no respeito, na convivência e no benefício recíproco entre as línguas. Por isso, podemos afirmar que os direitos linguísticos constituem um direito humano, pois são válidos internacionalmente e pertencem a todos os humanos.

¹¹ Trecho retirado da Revista Posteiro 2015/2.p.12. Disponível em: http://pt.calameo.com*/books/0010016151bf87426f4da.

O Instituto Federal tem como concepção de educação a inclusão social e o desenvolvimento da região de fronteira e por isso a presença do IFSul campus Avançado Jaguarão é muito importante para o desenvolvimento da nossa região fronteira, pois através dos cursos binacionais é possível haver uma troca de experiências, culturas e conhecimentos entre os cidadãos das duas cidades. É comum, entre o Brasil e os países vizinhos de língua espanhola, os alunos atravessarem as fronteiras para estudar no outro país. Nesse sentido, os Cursos Técnicos Binacionais representam a oportunidade desses alunos de terem uma certificação reconhecida em ambos os países.

Embora ainda se percebam alguns entraves com relação à formação continuada dos professores que atuam no curso, acreditamos na importância do campus Avançado Jaguarão para a integração cultural da nossa região de fronteira.

No que diz respeito à relevância deste trabalho, destacamos que ele pode trazer contribuições tanto para o curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania quanto para o curso de Licenciatura em Letras, pois a temática dos Direitos Humanos e, principalmente, dos Direitos Linguísticos sequer são discutidos ao longo do curso de Letras e este trabalho mostrou que é viável e possível estabelecer uma interlocução com essas duas áreas do saber.

Referências:

CURCIO, Daniela da Rosa. **Cooperação e Integração na Fronteira Brasil-Uruguaí** -desafios e Perspectivas na Implantação de Cursos Binacionais de Educação Técnica. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 02/03/2017

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 02/03/2017

DECRETO Nº 8.455, 20 de Maio de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8455.htm. Acesso em: 09/03/2017

Documentação Curso Técnico em Edificações. Disponível em: http://portal2.ifsul.edu.br/proen/site/catalogo_curso.php?cod=198. Acesso em: 09/03/2017

Estatuto do Instituto Federal Sul Rio-Grandense. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/estatuto-ifsul>. Acesso em: 09/03/17

GIL, Antonio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em:

Manifesto de Girona. Disponível: <http://www.pen-international.org/who-we-are/translation-linguistic-rights/girona-manifesto/manifesto-de-girona-sobre-os-direitos-linguisticos/>. Acesso em:10/03/2017

MAZZEI, Enrique. **Fronteras que nos unen y límites que nos separan.** Depto de Cerro. Diciembre. 2012

Projeto do Curso Técnico em Edificações - Forma Subsequente. 2014. Disponível em: http://portal2.ifsul.edu.br/proen/adm/documento/JG_JG.EDI_S_03_Res_30_2014_a Prova_PPC_CE.pdf. Acesso em: 09/03/17

PUCCI, Adriano Silva. **O estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai**. Brasília, FUNAG, 2010.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. Saraiva. 4 ed. São Paulo, 2017.

Revista Binacional. **Parceria que deu certo**. Disponível em: <www.ifsul.edu.br/component/k2/item/.../8432_0bae55312f4fda120d33c40df1dd0e44>. Acesso em: 16/08/2017

SOBRAL, Adail. **Elementos sobre a formação de gêneros discursivos**: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero de auto-ajuda. 2006, 325f. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade de São Paulo. LAEL, 2006.

STURZA, Eliana Rosa. **Línguas de fronteira e política de línguas**: uma história das ideias linguísticas. Tese de Doutorado. Campinas: SP, 2006.

_____. **Português e Espanhol na região**: perspectivas políticas e educacionais. Revista DIGILENGUAS n.º 12 – Junio de 2012 Departamento Editorial - Facultad de Lenguas Universidad Nacional de Córdoba.

_____. **Espaço de enunciação fronteiriço e processos identitários**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n3/v21n3a06.pdf>>. Acesso em: 09/03/17